

BIODIVERSIDADE

COMPROMISSO DO BNDES COM A NATUREZA





MENSAGEM DOS CONSELHEIROS

A saúde do Planeta Terra vem se degradando de forma acelerada, sem precedentes e possivelmente disruptiva. As emergências climáticas – como ondas de calor, secas, chuvas intensas, incêndios florestais, aumento do nível do mar e derretimento de geleiras – acontecem com mais frequência e intensidade do que indicavam as previsões da ciência. A transição para uma nova relação entre humanidade e natureza, mais harmônica, precisa ser célere e não pode mais ser adiada, sob o risco de ultrapassarmos pontos de não retorno que estão muito próximos e podem comprometer a habitabilidade do planeta. Isso exigirá mudanças de mentalidade e comportamento, na forma como consumimos os recursos naturais e promovemos o desenvolvimento sustentável. Caso contrário, continuaremos operando acima dos limites planetários anunciados pela ciência, aumentando continuamente nossas vulnerabilidades e as de grande parte da biodiversidade.

É importante colocar em perspectiva que, enquanto as mudanças climáticas acarretam perdas para a biodiversidade, por sua vez, a degradação dos ecossistemas naturais e a redução da diversidade biológica diminuem a resiliência do planeta, isto é, reduzem sua capacidade de lidar com os impactos das mudanças climáticas. Essa espiral negativa precisa ser revertida urgentemente.

A valoração do capital natural, com inclusão social e protagonismo dos povos originários, é fundamental para reverter essa trajetória. A biodiversidade e os serviços ecossistêmicos ainda são ativos de valor subprecificado. Para além do potencial econômico das substâncias naturais que podem dar origem a novos medicamentos, alimentos ou materiais, é preciso mensurar, valorar e direcionar recursos para: restaurar e manter sistemas naturais capazes de produzir água e umidade; regular a temperatura; manter a qualidade do ar;

reduzir a vulnerabilidade a alagamentos e deslizamentos, contribuindo para a drenagem de águas e contenção de encostas; regenerar a qualidade dos solos; prover serviços de polinização; reduzir o risco de epidemias e pandemias; e tantos outros serviços essenciais às atividades econômicas e à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações.

Para o Brasil, a agenda de biodiversidade é principalmente uma agenda de oportunidades e, como mostra este documento, o BNDES acumula experiência significativa em criar condições favoráveis para a mobilização de capital público e privado para restauração de biomas, preservação da biodiversidade, adaptação climática e promoção de práticas empresariais mais sustentáveis, sendo um importante executor das políticas públicas do Estado brasileiro. Exemplos de destaque dessas iniciativas são o Arco da Restauração na Amazônia, o Floresta Viva, o Sertão Vivo, entre outras apresentadas na seção “Estratégia” deste documento.

O Brasil é o país mais biodiverso do mundo, contribuindo significativamente para a produção de vida na Terra. Porém, nossa riqueza biológica não se resume à Floresta Amazônica, bioma que abriga a maior biodiversidade do planeta. Os biomas Mata Atlântica e Cerrado são considerados hotspots de biodiversidade. A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, é a região semiárida mais populosa e biodiversa do planeta. Embora abrigue mais da metade da área sujeita à desertificação no Brasil, é também um bioma com elevada eficiência na captura de carbono. Além disso, temos o maior trecho contínuo de manguezais do mundo – 1,3 milhão de hectares – e os maiores ambientes de recife do Atlântico Sul Ocidental, distribuídos ao longo de 3 mil quilômetros da costa do Nordeste do país.

Promover o desenvolvimento econômico e social sem deixar de conservar toda essa riqueza ecossistêmica é um desafio para o país. Como banco de desenvolvimento, o papel do BNDES vai além do financiamento à preservação da biodiversidade. Como demonstrado ao longo desta publicação, a instituição consegue contribuir para todas as 23 metas estabelecidas no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para 2030. Isso é resultado do constante aperfeiçoamento de um conjunto robusto de soluções que combina instrumentos financeiros variados e serviços de modelagem de projetos, bem como da manutenção de canais de diálogo com diferentes partes interessadas. Assim, o BNDES se destaca por sua relevante capacidade de articulação com os setores público e privado, em âmbito tanto nacional quanto internacional.

Este documento evidencia que existem diversas maneiras de financiar a preservação da biodiversidade, envolvendo diferentes fontes de recursos públicos e privados, variados perfis de clientes e incluindo povos tradicionais e agricultores familiares. Também destaca as diferentes oportunidades de atuação para os governos subnacionais e o importante papel que as instituições de desenvolvimento podem exercer quando se mobilizam para auxiliar na modelagem e na estruturação de projetos para o setor público.

O BNDES está a serviço do Brasil e se coloca a serviço do planeta para compartilhar experiências, aperfeiçoar sua atuação e construir novas parcerias e soluções sustentáveis.

Carlos Nobre
Izabella Teixeira

Membros do Conselho de Administração do BNDES

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O BNDES, maior banco de desenvolvimento da América Latina, retomou, a partir de 2023, a pauta ambiental como prioritária entre seus investimentos. Uma retomada que conta com um esforço institucional interno para a compreensão coletiva da relevância da agenda da natureza para a economia global. Este documento comprova a importância que a instituição dedica em favor da biodiversidade brasileira.

Sabemos que, diante do contexto atual, em que os impactos da mudança do clima se fazem sentir com intensidade e frequência crescentes, apenas conservar a biodiversidade já não é suficiente. Mais do que isso, precisamos valorar os ativos da natureza e direcionar fluxos financeiros nacionais e internacionais para restaurar os ecossistemas. Queremos promover um modelo de desenvolvimento econômico benéfico para as pessoas, o clima e a biodiversidade, com respeito e valorização da cultura e dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais.

Esse caminho não pode ser trilhado sem que haja cooperação entre diferentes atores. Por isso, esse é um objetivo que buscamos alcançar, sob a orientação do governo do presidente Lula, cumprindo nosso papel na implementação de políticas públicas e na interlocução com os setores público e privado para incentivar e mobilizar agentes econômicos variados, dentro e fora do país.

Em alinhamento com o princípio da transparência, que permeia toda a atuação do BNDES, reunimos e compartilhamos aqui nossas experiências na agenda de biodiversidade, seja investindo recursos próprios, gerindo recursos de terceiros ou estruturando novos projetos, em diferentes modelos de atuação. Com isso, esperamos contribuir para o avanço de outras instituições do setor financeiro e, também, receber contribuições que possam aprimorar nosso desempenho. Queremos colaborar para aumentar a mobilização de recursos para a agenda de biodiversidade e estamos abertos a novas parcerias e cooperações.

Portanto, este documento também marca o início de um novo ciclo, no qual aumentaremos a nossa ambição e trabalharemos continuamente para elevar a escala dos investimentos em prol da natureza a um nível mais próximo daquele necessário para deter a perda de biodiversidade e manter a oferta de serviços ecossistêmicos, essenciais à continuidade das atividades econômicas, à saúde e ao bem-estar da população. Boa leitura!

Aloizio Mercadante

Presidente do BNDES

APRESENTAÇÃO



SOBRE O BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimentos em todos os segmentos da economia brasileira. Apoiamos empreendedores de todos os portes por meio de uma ampla variedade de soluções: financiamento a investimentos, subscrição de valores mobiliários, prestação de garantias, estruturação de projetos de concessão e de parcerias público-privadas (PPP) para o setor público brasileiro, bem como concessão de recursos não reembolsáveis.

Atuamos em todo o território megabiodiverso brasileiro, que, com dimensões continentais, hospeda uma das maiores diversidades da flora e da fauna do mundo em seus seis biomas terrestres – a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pampa e o Pantanal – e diversos ecossistemas marinhos e costeiros. Dois dos seis biomas terrestres abrigam ecossistemas considerados *hotspots* de

biodiversidade: Mata Atlântica e Cerrado. Ressalta-se, ainda, que o Brasil tem o maior trecho contínuo de manguezais do mundo – 1,3 milhão de hectares – e os maiores ambientes de recife do Atlântico Sul Ocidental, distribuídos ao longo de 3 mil km da costa do nordeste do país. Outro ponto de destaque é a diversidade de povos e comunidades tradicionais que habitam esse território (populações indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros) e cujas culturas têm como elemento fundamental o convívio harmônico com a natureza.

Nesse contexto, o BNDES incorpora em seu planejamento de longo prazo objetivos estratégicos relacionados à natureza, com destaque para a conservação e restauração de biomas, tendo como temas estratégicos relacionados a biodiversidade, a bioeconomia e soluções baseadas na natureza.

Saiba mais

https://www.bndes.gov.br/hotsites/Relatorio_Anuual_2023/

BIOMAS E ECOSISTEMAS MARINHOS BRASILEIROS

AMAZÔNIA
 Maior floresta tropical úmida do mundo



CERRADO
 Savanas e bosques que abrigam nascentes dos principais rios nacionais – *hotspot* de biodiversidade

CAATINGA
 Florestas semiáridas – bioma só encontrado no Brasil

PANTANAL
 Maior planície inundável do mundo

MATA ATLÂNTICA
 Floresta tropical pluvial – *hotspot* de biodiversidade

PAMPAS
 Campos uniformes com elevado potencial hídrico

ECOSSISTEMAS MARINHOS
 Maior trecho contínuo de manguezais do mundo (1,3 milhão de hectares) e os maiores ambientes de recife do Atlântico Sul Ocidental, distribuídos ao longo de mais de 3 mil km de costa

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas>).

SOBRE ESTE DOCUMENTO

A natureza é essencial não só para a saúde e o bem-estar humano. Todas as atividades econômicas dependem em maior ou menor grau dos serviços ecossistêmicos providos pela natureza. Essa dependência tem levado os agentes econômicos a incluírem, desde 2020, a perda de biodiversidade como um dos cinco principais riscos para a economia global.¹ De acordo com relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, na sigla em inglês), a atividade humana já degradou um terço do solo global, destruiu mais de 85% das áreas úmidas e 50% dos recifes de corais do planeta.²

O *6º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*³ aponta como principais pressões sobre a biodiversidade brasileira: a conversão e a fragmentação de habitats naturais para expansão agrícola e urbana; os incêndios; as ameaças aos habitats aquáticos e costeiros, com destaque para a pesca e a poluição hídrica; e as espécies exóticas invasoras.

Diante da urgência de perseguir paradigmas de desenvolvimento econômico compatíveis com a conservação dos ecossistemas, o BNDES vem destacar e tornar público, por meio deste documento, seu compromisso e estratégia de atuação em prol da biodiversidade, visando colaborar ativamente para que o país cumpra os compromissos firmados no âmbito do novo Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal, em especial aqueles estabelecidos na Estratégia e Plano de Ação Nacional para Biodiversidade (Epanb) do Brasil.

Em 2022, publicamos pela primeira vez as diretrizes do BNDES e suas contribuições

para uma transição climática justa. Tendo em vista que a mudança do clima é um dos fatores que contribuem para a degradação da biodiversidade e dos ecossistemas, a estratégia do BNDES considera a atuação em prol da biodiversidade, apresentada neste documento, conectada ao foco de atuação climática lançado anteriormente, ambos alinhados e integrados ao nosso planejamento estratégico de longo prazo e às nossas políticas corporativas socioambientais e climáticas.

Saiba mais sobre o nosso compromisso climático

www.bndes.gov.br/diretrizes-do-bndes-para-mudanca-climatica



¹ <https://www.weforum.org/global-risks/reports/>

² <https://www.weforum.org/publications/nature-risk-rising-why-the-crisis-engulfing-nature-matters-for-business-and-the-economy/>

³ <https://www.cbd.int/countries?country=br>

COMPROMISSO



Nosso **compromisso** é apoiar a conservação, o uso sustentável e a restauração de ecossistemas terrestres e aquáticos, visando contribuir para:

INDUÇÃO de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e social que tenha como elemento central a relação harmoniosa das pessoas com a natureza.

IMPLEMENTAÇÃO de políticas públicas e compromissos assumidos pelo país.

GERAÇÃO de conhecimento valorizando os saberes tradicionais.

POTENCIALIZAÇÃO do valor econômico da sociobiodiversidade brasileira, gerando renda e reduzindo desigualdades.

MANUTENÇÃO dos serviços ecossistêmicos providos pela natureza e essenciais às atividades econômicas, à equidade social e ao bem-estar humano.

GOVERNANÇA³



No BNDES, a governança relacionada à biodiversidade é integrada à governança geral de sustentabilidade, abrangendo desde os seus colaboradores até os colegiados, tendo como principais elementos de sua estrutura:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)

Assessorado nas questões de riscos socioambientais e climáticos por:

COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (CRSAC)

(Composto de dois membros do CA e dois membros da Diretoria Executiva)

COMITÊ DE RISCOS (CRI)

(Composto de membros designados pelo CA)

Reuniões ordinárias bimestrais e, sempre que necessário, extraordinárias

COMITÊ GERENCIAL E DE SUSTENTABILIDADE (CGS)

Formado por superintendentes de todas as unidades fundamentais do BNDES

Reuniões com periodicidade semanal e, sempre que necessário, extraordinárias

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece os princípios e diretrizes para a atuação do BNDES em sustentabilidade

DIRETOR DE RISCO E COMPLIANCE

Responsável pelo gerenciamento de riscos no Sistema BNDES, o que inclui os riscos sociais, ambientais e climáticos

EQUIPES DEDICADAS

Área de Meio Ambiente
 Área de Transição Energética e Clima
 Área de Planejamento e Pesquisa Econômica
 Área de Gestão de Riscos

A estrutura de governança dá suporte e monitora a adequada implementação da PRSAC do Sistema BNDES,⁴ cuja primeira versão foi publicada em 2010. A PRSAC define princípios e diretrizes para a atuação estratégica e operacional da instituição na promoção da sustentabilidade, os quais se refletem em seu planejamento estratégico.⁵

Essa política define o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática adotado pelo Sistema BNDES, que é

“valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, investidores, comunidades impactadas pela sua atuação, fornecedores e outros parceiros relevantes”.

A PRSAC é atualizada periodicamente, a cada três anos, com a participação de par-

tes interessadas. A versão atual foi aprovada pelo CA em 2022. Sua estratégia de execução é consolidada em planos de implementação trienais. A elaboração e divulgação deste documento, por exemplo, é uma das entregas previstas no projeto estratégico corporativo que contribui para a execução do Plano de Implementação da PRSAC 2022-2024.⁶

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/colegiados-sistema-bndes>



⁴ <https://www.bndes.gov.br/prsac>

⁵ <https://www.bndes.gov.br/estrategia-2024-2028>

⁶ <https://www.bndes.gov.br/plano-implementacao-prsac>



O BNDES tem hoje uma posição diferenciada na articulação com os setores público e privado, bem como com o terceiro setor. Desde 1952, nossa atuação na implementação de políticas públicas variadas nos conferiu experiência tanto na mobilização de fontes de recursos quanto na sua aplicação, desde a seleção e acompanhamento de projetos até a avaliação de efetividade dos investimentos. Além disso, a longa trajetória percorrida na agenda socioambiental nos permite engajar parceiros com diferentes perfis e construir parcerias para implementar soluções inovadoras capazes de contribuir para os principais desafios nacionais.

O contexto atual brasileiro é favorável à agenda da natureza. O governo nacional, desde o início de sua gestão, busca fortalecer as pautas ambiental e climática no país, revitalizando e ampliando as estruturas e políticas voltadas para essa temática. O Plano de Transformação Ecológica (PTE), lançado em 2023, abarca um conjunto de ações para promover uma mudança nos paradigmas econômicos, tecnológicos e culturais em prol

do desenvolvimento a partir de relações sustentáveis com a natureza e seus biomas, de forma a possibilitar a geração de riqueza e sua distribuição justa e compartilhada, com melhoria na qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Para isso, o plano está estruturado em seis eixos: financiamento sustentável; desenvolvimento tecnológico; bioeconomia; transição energética; economia circular e infraestrutura; e adaptação às mudanças climáticas. Com relação à agenda de biodiversidade, há que se destacar a publicação, em 2023, da versão completa do *6º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*, que deveria ter sido apresentada em 2019, bem como os esforços em curso para revisão da Epanb brasileira, de modo a internalizar as novas metas do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal.

O BNDES é um ator fundamental no processo de fortalecimento dessa agenda. Nos últimos dois anos, temos utilizado nossa experiência para aperfeiçoar e aumentar a escala e o impacto de nossas iniciativas. Como exemplos, podemos citar a

SAIBA MAIS →
na página 15

SAIBA MAIS ↗
na página 17

SAIBA MAIS →
na página 17

SAIBA MAIS ↗
na página 23

retomada do **Fundo Amazônia**, o lançamento do **Arco da Restauração** e a ampliação do Fundo Clima.

A retomada do Fundo Amazônia, após alguns anos de interrupção, foi marcada pelo aumento da estrutura interna dedicada à operacionalização do fundo, o que resultou em um recorde histórico de iniciativas aprovadas pela Diretoria do BNDES em 2023. O fundo alcançou nesse ano o valor de R\$ 1,3 bilhão em aprovações, incluindo o lançamento de duas chamadas públicas estruturantes – **Restaura Amazônia** (R\$ 450 milhões) e **Amazônia na Escola** (R\$ 336 milhões) –, além da destinação de R\$ 318 milhões ao Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, voltado ao combate a crimes ambientais e correlatos na Amazônia Legal. Outro destaque foi a retomada das captações de recursos para o fundo, com a contratação de novas doações no valor total de R\$ 726 milhões em 2023, número superado apenas em 2009, primeiro ano do fundo. Adicionalmente, houve maior diversificação dos doadores internacionais. Inicialmente composto por Noruega e Alemanha, o rol de países doadores atualmente inclui também Reino Unido, Estados Unidos, Suíça e Japão.

Já o lançamento da iniciativa Arco da Restauração, realizado em 2023 na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-28), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), congrega a experiência de atuação na

Amazônia com o conhecimento acumulado no apoio a projetos de restauração ecológica com espécies nativas em outros biomas nacionais, de modo a alcançar um patamar de resultados sem precedentes. Nossas primeiras ações nessa temática aconteceram em 2009 (**Iniciativa BNDES Mata Atlântica – IBMA**) e 2015 (**BNDES Restauração Ecológica**). Em 2021, retomamos nosso apoio a projetos de restauração ecológica com a iniciativa **Floresta Viva**, que ganhou escala a partir de 2023 com o lançamento de três editais. Com o Arco da Restauração, estabelecemos a meta ambiciosa de recuperar a vegetação nativa no atual arco do desmatamento da Amazônia, congregando diversos instrumentos financeiros para restaurar 6 milhões de hectares de floresta até 2030 e 24 milhões de hectares até 2050.

← SAIBA MAIS
na página 16

↖ SAIBA MAIS
na página 16

← SAIBA MAIS
na página 17

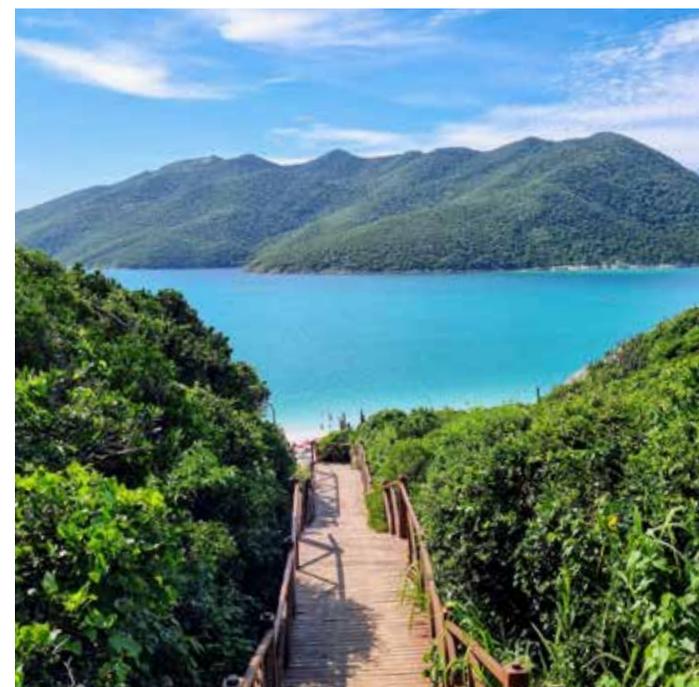


A reconquista da confiança internacional na agenda de sustentabilidade brasileira possibilitou ainda a ampliação da capacidade de financiamento do [Fundo Clima](#)⁷ a projetos de mitigação e adaptação climática. O novo contrato de gestão de recursos do Fundo Clima pelo BNDES, assinado em abril de 2024, permitiu a transferência de um valor recorde de até R\$ 10,4 bilhões e utilizará parte dos recursos da captação feita pelo governo brasileiro em novembro de 2023, a partir da emissão de US\$ 2 bilhões em títulos soberanos sustentáveis no mercado internacional. Até então, o orçamento do Fundo Clima era da ordem de R\$ 2,9 bilhões.

A estratégia para atuação nas questões ligadas à biodiversidade, contudo, não se resume ao aumento de escala de iniciativas nas quais temos experiência acumulada. Buscamos o contínuo desenvolvimento de novas soluções, como as recentemente lançadas [Sertão Vivo](#) (2023) e BNDES Azul (2024), para ampliar e tornar mais eficaz a nossa atuação.

A iniciativa Sertão Vivo é a primeira captação feita por um banco de desenvolvimento com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) da Organização das Nações Unidas (ONU). Outro aspecto inédito dessa iniciativa – que visa beneficiar cerca de 1,8 milhão de pessoas cuja subsistência é baseada na agricultura de pequena escala no bioma Caatinga, semiárido do país – é a utilização, pelo BNDES, de recursos oriundos do Green Climate Fund (GCF), captados pelo Fida.

Já a iniciativa BNDES Azul, que engloba as ações de [conservação e restauração de biomas marinhos e costeiros](#), foi lançada no início de 2024 com o objetivo de potencializar nosso desempenho no tema economia azul, gerando sinergias entre as ações em curso e possibilitando a abertura de novas frentes de atuação, como forma de contribuir para os objetivos estabelecidos pela ONU para a Década do Oceano (2021-2030). São destaques nessa agenda o apoio ao [Planejamento Espacial Marinho brasileiro](#) e o edital [BNDES Corais](#).



SAIBA MAIS →
na página 22

← SAIBA MAIS
na página 20

← SAIBA MAIS
na página 20

← SAIBA MAIS
na página 21

⁷ www.bndes.gov.br/fundoclima

A estratégia de atuação na agenda de biodiversidade apresentada neste documento é composta ainda por outras iniciativas, relatadas a seguir. Trata-se de um conjunto robusto de ações, capaz de engajar diferentes perfis de clientes e parceiros. Fruto do trabalho e da expertise de diferentes equipes do BNDES, já apresenta resultados relevantes, mas permanece em constante evolução, impulsionada pelo fortalecimento das políticas públicas do Governo Federal e pelas diretrizes de nosso planejamento estratégico.

Além da busca por otimizar os impactos positivos das atividades que apoiamos por meio de financiamentos, estruturas e investimentos, atuamos para identificar, evitar, mitigar e mesmo compensar seus impactos negativos, aplicando políticas e procedimentos internos de gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos.

Buscamos ainda mensurar e divulgar os impactos de nossa atuação, tendo a transparência como pilar, priorizando o diálogo com nossos diversos públicos e prestando contas sobre nossas decisões e atividades, levando em consideração, sempre que possível, as expectativas e necessidades das partes interessadas.

Assim, para facilitar a comunicação da estratégia para a agenda de biodiversidade, agrupamos nossas ações em três frentes de atuação: mobilização de recursos; gestão de riscos e impactos; e transparência e comunicação.

FRENTES DE ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO BNDES PARA BIODIVERSIDADE

Mobilização de recursos

Com soluções financeiras variadas, em constante aperfeiçoamento, e serviços de estruturação de projetos, mobilizamos recursos próprios e de parceiros para investimentos em **seis temáticas de atuação**:

- conservação e restauração de biomas terrestres;
- conservação e restauração de biomas marinhos e costeiros;
- agroecologia e atividades produtivas sustentáveis;
- educação e inovação;
- combate à poluição; e
- desenvolvimento urbano sustentável e resiliente.

Gestão de riscos e impactos

Políticas e procedimentos, em constante atualização, para evitar, reduzir e mitigar impactos negativos, bem como mensurar os impactos positivos.

Transparência e comunicação

Ações institucionais para divulgação de informações, comunicação e articulação com partes interessadas.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O apoio a modelos de negócios sustentáveis, utilizando diferentes soluções financeiras, está no cerne da atuação do BNDES. Buscamos o contínuo desenvolvimento de mecanismos para incentivar nossos clientes e parceiros a realizar projetos com impacto ambiental positivo. Para o setor público, oferecemos, além de instrumentos de crédito, serviços de estruturação de projetos de concessão ou de PPPs de serviços públicos, valorização de ativos imobiliários e revitalização urbana. Também atuamos na gestão de recursos de terceiros, como, por exemplo, o Fundo Clima,⁸ destinado a apoiar investimentos em mitigação e adaptação climática, incluindo soluções baseadas na natureza para cidades sustentáveis e restauração de ecossistemas.

Anualmente, uma parte do lucro do BNDES é alocado em fundos que se destinam a apoiar, com recursos não reembolsáveis, iniciativas de caráter social, cultural, ambiental, científico e tecnológico que contribuam para a implementação de políticas públicas estruturantes. Buscamos projetos que gerem alto impacto, possam ser escaláveis, tenham o potencial de se tornar negócios sustentáveis e, sempre que possível, consigam atrair fontes externas de recursos para multiplicar nossos recursos próprios, engajando parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais.

Entre os fundos não reembolsáveis de recursos próprios que vêm sendo utilizados para implementar nossa estratégia em prol da biodiversidade, destacam-se o BNDES Fundo Socioambiental, para investimentos de caráter social e ambiental em todo o ter-

ritório brasileiro; o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), com foco em estudos técnicos; e o Fundo Tecnológico (Funtec), que apoia projetos de pesquisa aplicada. Além deles, somos responsáveis pela gestão do Fundo Amazônia, composto exclusivamente de recursos não reembolsáveis oriundos de doações de terceiros e destinado a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como à promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Os recursos não reembolsáveis são repassados como doações a entidades públicas ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, executoras dos projetos, com as quais são celebrados contratos em que elas assumem diversos compromissos com o BNDES, entre os quais o do cumprimento da finalidade dos pro-

⁸ www.bndes.gov.br/fundoclima



jetos, sob pena de devolução dos recursos doados. Assim como acontece no âmbito dos contratos de crédito, os recursos são desembolsados de acordo com cronograma preestabelecido e uma equipe do BNDES acompanha a execução física e financeira dos projetos, bem como o atingimento de indicadores de resultados, até sua completa execução.

A seguir, apresentamos as iniciativas de maior destaque em seis temáticas de atuação: conservação e restauração de biomas; economia azul; agroecologia e atividades produtivas sustentáveis; educação e inovação; combate à poluição; e desenvolvimento urbano resiliente.

Conservação e restauração de biomas terrestres

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia é o maior fundo global de financiamento de ações para a redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+). Nossa experiência na gestão do Fundo Amazônia é considerada referência internacional em financiamento climático.

Por meio do Fundo Amazônia, o BNDES mobiliza recursos não reembolsáveis de diversos países. Os primeiros doadores foram Noruega, Alemanha e a empresa brasileira Petrobras. Em 2023, ano em que o fundo completou 15 anos, foram assinados contratos de doação com Suíça, Estados Unidos e Reino Unido, totalizando cerca de R\$ 726 milhões. Assim, o Fundo Amazônia encerrou o ano com o total de R\$ 3,5 bilhões em recursos internalizados para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Também em 2023, o fundo alcançou um resultado operacional sem precedentes, atingindo a marca de R\$ 1,3 bilhão de recursos comprometidos no ano, so-

mando-se as aprovações de nove novos projetos, no valor de R\$ 553 milhões, e o lançamento de duas novas chamadas públicas – Restaura Amazônia e Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável – no valor de R\$ 786 milhões. Assim, o fundo totalizou uma carteira de 107 projetos contratados até 2023, com desembolsos da ordem de R\$ 1,8 bilhão para órgãos de governo em nível federal, estadual e municipal, bem como para organizações do terceiro setor.

Os projetos apoiados contribuem para resultados em quatro eixos temáticos de atuação, alinhados ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), política pública do Governo Federal. O eixo “monitoramento e controle”, que visa fortalecer a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente – incluindo ações para prevenção e combate a incêndios florestais –, é o que conta com maior volume de recursos investidos, totalizando R\$ 757 milhões (41%).



O eixo “produção sustentável”, que envolve projetos para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica, também evoluiu de forma significativa ao longo dos anos, contando com 27% dos recursos investidos pelo fundo até 2023 (R\$ 509 milhões). Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha (látex), sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, castanha-do-brasil, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açaí.

O fundo também apoia projetos nos eixos “ordenamento territorial”, com 19% do total de recursos destinados até 2023, e “**ciência, inovação e instrumentos econômicos**”, com 13%. No eixo “ordenamento territorial”, destaca-se o apoio à consolidação da gestão de unidades de conservação e à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

O apoio do fundo, até 2023, contemplou 196 unidades de conservação e 101 terras indígenas, além de ter contribuído para fortalecer a gestão de 52 milhões de hectares. Entre outros resultados, os recursos viabilizaram a realização de 1.896 missões de fiscalização, o combate a 32.837 focos de incêndio e o apoio a atividades produtivas sustentáveis que beneficiaram 233 mil pessoas.

Saiba mais

www.fundoamazonia.gov.br

Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA)

Lançada em 2009, esta foi a primeira iniciativa do BNDES para apoiar ações de restauração ecológica com espécies nativas fora

do bioma Amazônia. Selecionamos e financiamos, com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental do BNDES, 14 projetos em áreas de preservação permanente ciliares e unidades de conservação. Esses projetos, executados por instituições sem fins lucrativos, restauraram 2,7 mil hectares, com um investimento total de R\$ 37 milhões.

Presente em 17 estados brasileiros, a Mata Atlântica é considerada *hotspot* de biodiversidade e fornece serviços essenciais para os 145 milhões de brasileiros que vivem no bioma, tais como abastecimento de água, regulação do clima, manutenção de encostas e turismo. Restam atualmente cerca de 29% de sua área de cobertura original, considerando-se diferentes estágios de integridade.

Saiba mais

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/4421>

BNDES Restauração Ecológica

Para dar continuidade ao apoio à restauração ecológica, o BNDES lançou, em 2015, a iniciativa BNDES Restauração Ecológica, ampliando o escopo de atuação para todos os biomas brasileiros (exceto a Amazônia, foco de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia). Além de promover o aumento da cobertura vegetal com espécies nativas, a iniciativa apoiou o fortalecimento da cadeia produtiva do setor de restauração. Foram selecionados e financiados, com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental, 12 projetos que somaram investimentos de R\$ 40 milhões e promoveram a restauração de 3,4 mil hectares.

SAIBA MAIS →
na página 23

Floresta Viva

Em 2021, o BNDES retomou o apoio a projetos de restauração ecológica em todos os biomas brasileiros com a iniciativa Floresta Viva. Para mobilizar recursos privados e ampliar a escala dos investimentos, utilizamos o modelo de *matchfunding* (no qual, para cada real doado por parceiros, colocamos mais um real não reembolsável do Fundo Socioambiental). Assim, buscamos estabelecer parcerias com instituições privadas e/ou públicas para alavancar o impacto dos recursos investidos em restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais (SAF) de produção associados.

Para operacionalizar essa iniciativa, o BNDES conta com o apoio de um parceiro gestor, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), entidade sem fins lucrativos selecionada por meio de chamada pública. O Funbio é responsável pela organização dos editais para a seleção de projetos – recebendo os recursos do BNDES e das outras instituições apoiadoras e repassando-os aos projetos selecionados –, bem como pelo acompanhamento da execução das atividades e dos resultados alcançados.

Com a meta de investir cerca de R\$ 700 milhões ao longo de sete anos, esperamos atingir como resultado entre 25 mil e 35 mil hectares de área restaurada. Até o momento, em parceria com Petrobras, Eneva, Energisa, Fundo Vale, Norte Energia e Inovaland, foram lançados cinco editais para seleção de projetos. Juntos, os editais destinam cerca de R\$ 120 milhões para investimentos em restauração de manguezais e restingas, unidades de conservação no estado do Amazonas, áreas que formam a bacia hidrográfica do rio Xingu (Amazônia) e corredores de biodiversidade nos biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica.

Em 2024, a iniciativa Floresta Viva recebeu o prêmio “verde” da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide). O BNDES já havia sido premiado nessa mesma categoria, em 2010, pela gestão do Fundo Amazônia.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/floresta-viva>

Arco da Restauração na Amazônia

Iniciativa construída em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e anunciada na COP-28 em 2023, tem a ambição de conjugar países, empresas e governos para a restauração do território mais vulnerável da maior floresta tropical do mundo. O chamado Arco do Desmatamento, que se pretende transformar no Arco da Restauração, é composto por cinquenta municípios em sete estados da Amazônia Legal brasileira.

O objetivo da iniciativa é restaurar 6 milhões de hectares de floresta até 2030 e 24 milhões de hectares até 2050. No total, estima-se que serão necessários investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões, com potencial de gerar até dez milhões de empregos na região.

Como primeira ação da iniciativa, o BNDES lançou, ainda em 2023, o edital **Restaura Amazônia**. Com modelo operacional semelhante ao da iniciativa Floresta Viva, o edital selecionou os três parceiros gestores que irão apoiar a seleção e o acompanhamento de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e/ou sistemas agroflorestais nos sete estados que compõem o arco da restauração. Serão priorizados projetos em unidades de conservação, terras indígenas, áreas de quilombolas, assentamentos, áreas públicas não destinadas e propriedades de agricultura familiar. Cada parceiro ges-

tor será responsável por uma macrorregião. Juntos eles irão gerir R\$ 450 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia. Espera-se que esse montante alavanque recursos públicos e privados para a restauração ecológica da região.

Ciente de que os instrumentos de crédito serão fundamentais para alcançar as metas ambiciosas estabelecidas, o BNDES buscará incentivar a consolidação de modelos de negócios agroflorestais utilizando recursos do Fundo Clima. Assim, além dos R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia, R\$ 550 milhões de recursos do Fundo Clima estão sendo disponibilizados para o financiamento de investimentos privados no âmbito dessa iniciativa. As primeiras operações de crédito do Arco da Restauração, no valor de R\$ 346,8 milhões (sendo R\$ 160 milhões em recursos do Fundo Clima), foram contratadas em 2024 e mobilizaram mais de R\$ 1 bilhão em investimentos.

Saiba mais sobre o Restaura Amazônia

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/restaura-amazonia/>

Saiba mais sobre o Arco da Restauração

<https://www.youtube.com/watch?v=UboHgpVLw1Y>

Iniciativas no bioma Caatinga

Exclusivamente brasileira, a Caatinga é o principal bioma da região Nordeste do Brasil e lar de cerca de 28 milhões de pessoas, incluindo 1,8 milhão de famílias de pequenos agricultores. Apesar de ser o bioma semiárido mais populoso e biodiverso do mundo, com patrimônio genético crucial para a produção

de alimentos em um contexto de aquecimento global e estresse hídrico, é também um dos mais degradados e menos protegidos do país, abrigando mais da metade da área sujeita à desertificação no Brasil.

Destaca-se ainda a elevada eficiência no uso de carbono observada nesse bioma, superando até mesmo as florestas da Amazônia. Estudos conduzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ao longo de quase dez anos revelaram que a Caatinga conseguiu retirar da atmosfera uma média de 5,2 toneladas por hectare ao ano.⁹

Nossa principal iniciativa já em curso nesse bioma, que congrega benefícios para a biodiversidade, para o clima e para a população local, é o **Sertão Vivo**, que será destacado em seção própria.

Outras iniciativas estão sendo articuladas com governadores do Consórcio Nordeste, com o MMA, além de outras partes interessadas. Como resultado desses esforços, podemos destacar o edital da iniciativa **Floresta Viva**, em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, previsto para ser lançado ainda em 2024, que incluirá restauração em áreas suscetíveis à desertificação. Também em 2024, estabelecemos cooperação técnica com o MMA e o Consórcio Nordeste com o objetivo de apoiar investimentos em pesquisa e inovação, combate ao desmatamento e superação da desertificação (Fundo Caatinga). A intenção é financiar ações que combinem a preservação de espécies ameaçadas com a produção agroecológica, valorizando conhecimentos e tecnologias sociais utilizadas pela população local no convívio com as secas.

← SAIBA MAIS
na página 22

← SAIBA MAIS
na página 17

⁹ <https://www.embrapa.br/web/porta/minibibliotecas/busca-de-noticias/-/noticia/88549836/em-quase-uma-decada-anualmente-caatinga-retirou-da-atmosfera-52-t-de-carbono-por-hectare>

Parques e florestas públicas

Nos anos recentes, o BNDES passou a atuar em conjunto com o setor público para estruturar concessões de parques e florestas públicas, oferecendo serviços desde a etapa de concepção dos projetos até o leilão e a formalização do contrato de parceria com a iniciativa privada.

Nas concessões de parques naturais, a transferência da gestão dos serviços de visitação para o setor privado contribui para melhorar a experiência dos usuários em seu contato com a natureza e a alocação dos recursos públicos, já que possibilita que os órgãos responsáveis pela gestão desses espaços concentrem seus esforços em atividades mais atinentes às suas competências. Até o momento, atuamos em 49 projetos de parques naturais, distribuídos por 13 estados brasileiros e abrangendo 3,5 milhões de hectares, além de 23 projetos de parques urbanos, localizados em sete estados e com previsão de 29 milhões de visitantes por ano.

Já nas concessões florestais, o ente público concede ao setor privado autorização para a prática de manejo sustentável e/ou atividades de restauração, contribuindo para a proteção do território e promoção do desenvolvimento local. Temos atualmente sete projetos nesse segmento, totalizando mais de 6 milhões de hectares, resultado de contrato firmado com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para estruturar concessão para restauração de sete unidades de conservação federais.

Para aperfeiçoar nossa atuação e contribuir para o desenvolvimento do mercado de pagamento por serviços ambientais (PSA), estabelecemos, em 2022, cooperação com o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). No âmbito dessa cooperação, selecionamos e contratamos, com recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) do BNDES,

consórcio de empresas para apoiar a proposição de arcabouços jurídico, regulatório, mercadológico e institucional, bem como elementos para a análise de pré-viabilidade de concessões de ativos ambientais federais, em especial florestas públicas, com receita oriunda de PSA.

Entre os resultados da iniciativa, destacam-se, além da assinatura do contrato com o SFB, contribuições para o Decreto de Regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas para Produção Sustentável, publicado em junho de 2024, bem como a construção de subsídios para futuras estruturações de projetos no tema.

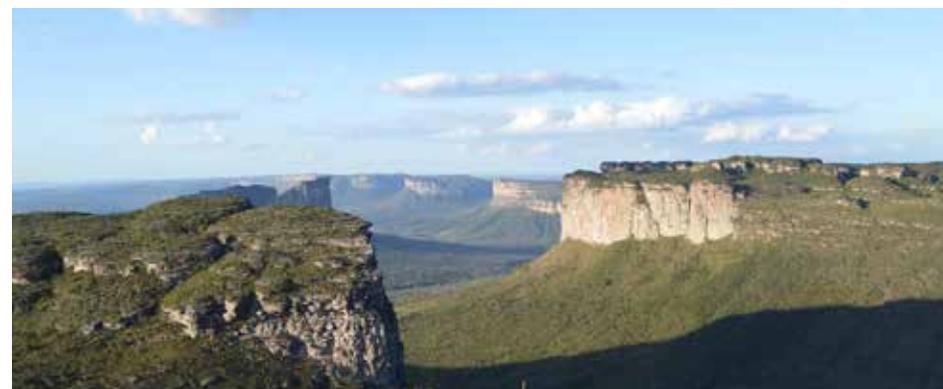
Saiba mais sobre a carteira de estruturação de projeto

<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/projetos/nossos-projetos/>

Saiba mais sobre o FEP PSA

<https://www.bndes.gov.br/fep-psa>

O BNDES atua também na concessão de crédito para a gestão de parques. A primeira operação com essa finalidade foi contratada em 2023, no valor de R\$ 96,8 milhões, com recursos do Fundo Clima.



Fundos de investimento de impacto

A atuação em mercado de capitais complementa o nosso conjunto de soluções para conservação e uso sustentável de ecossistemas. Atualmente, o BNDES investe em quatro fundos de investimento de impacto. Um deles é o Amazon Biodiversity Fund Brazil (ABF). Selecionado por meio de chamada pública em 2023, apoia empresas que atuam com propósito de impacto positivo sobre a biodiversidade e as comunidades na Amazônia Legal brasileira. O fundo possui capital comprometido de cerca de R\$ 250 milhões e a participação do BNDES é de 25%. Em 2023, as sete empresas investidas do ABF preservaram 7,8 mil hectares de terras com alta biodiversidade. O portfólio de empresas ainda poderá ser ampliado até 2025.

Conservação e restauração de biomas marinhos e costeiros

Planejamento Espacial Marinho do Brasil (PEM)

Durante a Conferência da ONU para os Oceanos, em 2017, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de implantar o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da costa brasileira até 2030. Os estudos do PEM visam o mapeamento e caracterização dos usos atuais e potenciais do ambiente marinho, elemento essencial para o desenho de políticas públicas que promovam a harmonização do uso do mar. Por sua extensão continental, o PEM Brasil foi dividido em quatro regiões: Sul, Sudeste, Nordeste e Norte.

Para apoiar a concretização do compromisso, o BNDES estabeleceu parceria com a Secretaria Executiva do Conselho Interministerial dos Recursos do Mar (SECIRM) e

responsabilizou-se por aportar cerca de R\$ 30 milhões em recursos não reembolsáveis do FEP para a realização de estudos técnicos para três das quatro regiões.

O estudo para a região Sul (R\$ 7 milhões) já foi contratado e está em execução, com previsão de término até 2027. O edital para a seleção do parceiro que irá elaborar o estudo para a região Sudeste (R\$ 12 milhões) já foi encerrado, com contratação prevista para início de 2025. Por fim, o edital relativo à região Norte tem previsão de lançamento ainda em 2024 e pode incluir também a elaboração de cadernos setoriais com o mapeamento de déficits de investimentos na Amazônia Azul.

Saiba mais sobre o PEM Sul

<https://www.bndes.gov.br/fep-pem-sul>

Saiba mais sobre o PEM Sudeste

<https://www.bndes.gov.br/fep-pem-sudeste>

Edital Manguezais do Brasil

Lançado em 2022 em parceria com a Petrobras, no âmbito da iniciativa Floresta Viva, foi uma das primeiras iniciativas do BNDES para impulsionar a economia azul. Foram selecionados e contratados oito projetos que receberão, no total, R\$ 47,3 milhões em recursos não reembolsáveis para ações de recuperação de 1.757 hectares de vegetação nativa em áreas de manguezais e restingas do Brasil, ecossistemas costeiros de grande importância ecológica, social e econômica, bastante pressionados pela expansão urbana e outras atividades humanas.

Saiba mais

https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/florestaviva/manguezaisdobrasil-2

BNDES Corais

Considerando a relevância dos corais para a saúde dos oceanos e os impactos negativos crescentes das mudanças climáticas sobre esses ecossistemas, lançamos, em 2024, uma chamada pública de projetos para conservação e recuperação de recifes de corais rasos e de bancos de corais da costa brasileira. Com recursos do Fundo Socioambiental, temos a intenção de alavancar investimentos totais de pelo menos R\$ 60 milhões, com até 50% de participação do BNDES, para apoio a projetos que combatam espécies exóticas e pesca predatória, promovam o ordenamento do turismo comunitário e a melhoria da qualidade das águas ou abarquem ações de monitoramento, manutenção e recomposição de corais.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/bndes-corais>

Agroecologia e atividades produtivas sustentáveis

Estudo publicado pelo G20 indica que 90% dos alimentos que a humanidade consome provêm de apenas 15 culturas, com 50% concentrados em apenas três: soja, trigo e milho.¹⁰ O apoio do BNDES à agroecologia busca incentivar a transição para sistemas alimentares mais diversos e sustentáveis.

Agricultura familiar

Apoiamos a agricultura familiar com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental e do Fundo Amazônia, buscando

promover a inclusão social e produtiva, bem como a segurança alimentar de populações de baixa renda. Em 2023, esses investimentos somaram R\$ 101,4 milhões, com 50% de participação do BNDES. O Programa Cisternas é uma das iniciativas apoiadas e visa a implantação de cisternas para produção de alimentos em 17 municípios do semiárido brasileiro, com a estimativa de beneficiar 1,4 mil famílias rurais de baixa renda. Outro exemplo é a iniciativa Sanear Marajó Socioambiental, que, além de promover a melhoria da qualidade da água para consumo humano e produção de alimentos, prevê a implementação de quintais agroecológicos, cozinhas agroextrativistas e a estruturação da cadeia produtiva de açaí na região, contribuindo para aumento da renda de cerca de duzentas famílias ribeirinhas de assentamentos e de reservas agroextrativistas.

Programa Ecoforte

O Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte) é um dos principais instrumentos de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Com o programa, além de contribuir para a conservação da biodiversidade, o Governo Federal pretende ampliar a escala de produção, oferta e o consumo de alimentos saudáveis no país.

Em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o BNDES já apoiou 87 projetos desse programa, executados por entidades privadas sem fins lucrativos por meio de chamadas públicas realizadas em 2014 e 2017, que somaram R\$ 68 milhões em recursos não reembolsáveis, alcançando mais de 52 mil pessoas.

¹⁰ https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2023/05/T20_PolicyBrief_TF3_DiversityInAgriculture.pdf

Em 2024, foi lançado novo edital (Ecoforte Redes 2024), também em parceria com a FBB, que disponibilizará R\$ 100 milhões para o fortalecimento das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica em todas as regiões do país, priorizando projetos liderados por mulheres e que incluam a participação de jovens. O aporte do BNDES ao edital soma R\$ 50 milhões – R\$ 15 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 35 milhões do Fundo Socioambiental.

Saiba mais

<https://ecoforte.fbb.org.br/>



Sertão Vivo

Resultado de uma parceria entre o BNDES e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) da ONU, a iniciativa Sertão Vivo conta com recursos do Green Climate Fund, captados pelo Fida, e com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental do BNDES para apoiar os nove estados da região Nordeste do Brasil na implementação de projetos que aumentem a resiliência climática da população rural que habita o semiárido do país.

Com investimentos de até R\$ 1,8 bilhão, a iniciativa prevê beneficiar cerca de 440 mil famílias de pequenos agricultores (cerca de 1,8 milhão de pessoas) e integrar ações de combate à pobreza, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e produção sustentável e diversificada de alimentos. As famílias beneficiadas – prioritariamente agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, como povos indígenas, comunidades quilombolas e de fundo de pasto – terão acesso a conhecimentos e tecnologias para captura, armazenamento e reúso de água; adaptação dos sistemas de produção agrícola às secas; e restauração de ecossistemas degradados.

Entre os resultados previstos estão a implantação de sistemas de produção resilientes em 148 mil hectares, a construção de 35 mil cisternas de água para produção de alimentos e o sequestro de 20 milhões de toneladas de CO₂, em vinte anos.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/sertao-vivo>

Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável

Lançada em 2024, a iniciativa tem como objetivo fortalecer, de forma integrada, a capacidade de produção de base sustentável de agricultores familiares e o consumo dessa produção pelas escolas das redes públicas na Amazônia Legal.

Foram selecionados dez projetos, abarcando 126 municípios dos nove estados da Amazônia Legal, e envolvendo diretamente 46 organizações (dez proponentes que estabeleceram arranjos de parceria para execução das ações com outras 36 instituições). A previsão é apoiar mais de 140 mil produtores rurais – incluindo assentados, grupos de mulheres, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais – e beneficiar 1,7 milhão de alunos das redes públicas de ensino (cerca de 25% do total da Amazônia Legal). Serão destinados R\$ 332 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia.

Saiba mais

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/amazonia-na-escola/>



Educação e inovação

O apoio à formação técnica, à infraestrutura de pesquisa e a projetos de inovação é componente importante da estratégia do BNDES para conservação da biodiversidade. A consolidação de cadeias produtivas sustentáveis é fundamental para alcançar um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado na sociobioeconomia como alternativa a atividades que induzem ao desmatamento e à perda de biodiversidade.

Formação e capacitação técnica

Uma das vertentes do nosso apoio é voltada para a capacitação e melhoria da empregabilidade de jovens da região amazônica. Com recursos não reembolsáveis do Fundo de Estruturação de Projetos, contratamos, em 2022, a elaboração de estudo para subsidiar a implementação de formação técnica em cadeias da bioeconomia para estudantes do ensino médio dos nove estados da Amazônia Legal. Com investimento de R\$ 7,4 milhões do BNDES, a ação tem o potencial de impactar 2,3 milhões de estudantes.

Apoiamos ainda, em 2023, com R\$ 4,1 milhões do Fundo Socioambiental, o projeto Itinerários Amazônicos, que tem como objetivo o desenvolvimento de conteúdo didático sobre desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e valorização de saberes tradicionais favoráveis à defesa da floresta em pé para os itinerários formativos do ensino médio, além de oferecer formação continuada para professores e gestores implementarem tais conteúdos nas escolas de oito estados da Amazônia Legal.

Inovação na Amazônia

Com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, foram investidos, até 2023, R\$ 239 milhões em projetos de desenvolvimento científico e tecnológico

e na implementação de instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé. Um desses projetos apoiou o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), incluindo a construção e estruturação do primeiro Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio) da região Norte e a reforma dos laboratórios de Planejamento de Fármacos e de Neuroquímica Molecular e Celular. Além de fortalecer redes de pesquisadores e instituições, o projeto impulsiona a produção de pesquisas voltadas tanto a identificação e isolamento de compostos e substâncias oriundos da biodiversidade amazônica (por exemplo, bioativos extraídos de plantas e frutas típicas locais) quanto a testes biológicos de tais compostos e substâncias para a obtenção de novos produtos, como drogas terapêuticas e cosméticos.

Saiba mais

<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Biodiversidade/>

Inovação em parceria com a Embrapii

Com recursos não reembolsáveis do Fundo Tecnológico (Funtec), contratamos, em 2021, parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) para apoio a projetos de inovação com focos específicos, entre os quais bioeconomia florestal, economia circular, materiais avançados e novos biocombustíveis. Até sua conclusão, em dezembro de 2025, essa parceria poderá alavancar investimentos de até R\$ 510 milhões, sendo R\$ 170 milhões do BNDES Funtec. Até o fim de 2023, foram contratados 74 projetos no âmbito dessa parceria, envolvendo 26 instituições de pesquisa e 78 empresas, com um investimento total de R\$ 256 milhões. Alguns objetivos dos projetos apoiados até o momento são: desenvolvimento de fármacos, a partir de produtos naturais, para combate ao câncer, doenças

cardíacas e metabólicas; produção de carvão vegetal sustentável a partir de resíduos de coco verde; fabricação de bioprodutos lignocelulósicos; e monitoramento de espécies invasoras para o manejo de água de lastro em navios mineraleiros.

Crédito para inovação

Apoiamos ainda a utilização de insumos biológicos na indústria, em especial no setor de agricultura e saúde. Em 2020, contratamos financiamento de R\$ 45 milhões para construção de planta industrial e laboratório de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para fabricação de produtos para o controle biológico de pragas e desenvolvimento de novas tecnologias. Já em 2024, com recursos da linha BNDES Mais inovação, foi aprovado financiamento de R\$ 390 milhões para o plano de PD&I de uma empresa do segmento farmacêutico. Esse plano inclui uma plataforma de inovação radical voltada para a descoberta e o desenvolvimento de medicamentos inovadores a partir de fontes naturais. O BNDES financia ainda, por meio do Programa BNDES Qualificação, 25% dos investimentos de R\$ 213 milhões para a implantação do Instituto Senai de Inovação (ISI) em Biodiversidade, complexo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) localizado no Distrito Federal que irá contar com diversos laboratórios para potencializar o uso sustentável dos recursos naturais da biodiversidade brasileira.

Fomento à inovação

A iniciativa BNDES Garagem também merece destaque, pois apoia empreendedores e *startups* de todo o Brasil, tendo acelerado mais de duzentos negócios até o momento, com a previsão de acelerar outros quatrocentos até 2028. Em torno de 25% das soluções já apoiadas estão voltadas para a resolução de desafios ambientais, um dos focos de atuação da ini-

ciativa. Entre elas está a Umgrauemeio, acelerada em 2022, que dispõe de tecnologia para prevenção e contenção de incêndios florestais e agrícolas. Outros exemplos são as *startups* Meu pé de árvore, Deveras Amazônia e AçaiMaps, oriundas da região Norte e diretamente ligadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB)

O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB), de natureza financeira e vinculado ao MMA, tem por objetivo promover a valorização do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados e o seu uso de forma sustentável. A composição do Comitê Gestor do FNRB garante a inserção dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares no processo de tomada de decisão.

Desde 2019, o BNDES presta serviços de gestão financeira dos recursos monetários do FNRB, mediante execução de solicitações de transferência dos recursos, conforme deliberação e autorização do Comitê Gestor, incluindo a arrecadação e cobrança administrativa dos valores previstos. Até 2023, foram emitidos 232 boletos de cobrança para empresas que optaram por realizar a repartição de benefícios na modalidade monetária. O patrimônio líquido do FNRB alcançou, em 2023, o valor de R\$ 7,5 milhões.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/fnrb>

Combate à poluição

Investimentos em saneamento básico, em especial nos sistemas de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos, são fundamentais para a

despoluição de rios e oceanos e para conservação da qualidade do solo e do ar. Assim, além da concessão de crédito para investimentos nesses segmentos, temos uma atuação expressiva na modelagem de projetos, visando a universalização dos serviços de água e esgoto. Existem ainda algumas empresas do setor de saneamento na nossa carteira de participação acionária.

Saiba mais sobre nossa carteira de investimentos

<https://www.bndes.gov.br/carteira-acionaria>

Esgotamento sanitário

Desde 2004, o BNDES concede crédito a companhias estaduais, governos estaduais e municipais, além de empresas privadas e PPPs. Até 2023, foram realizados 75 contratos de financiamento para projetos de expansão e melhorias na eficiência de redes de esgoto que somaram R\$ 20,2 bilhões. Nesse segmento, destacamos nossa contribuição para a despoluição da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, por meio do financiamento a empresas de saneamento de 16 dos 17 municípios localizados no seu entorno. A previsão é de que esses municípios alcancem 90% de cobertura de esgoto até 2033 (atualmente é de cerca de 50%).

Com relação à modelagem de projetos, apenas entre 2020 e 2023, o BNDES estruturou e levou a leilão 12 empreendimentos para concessão dos serviços de saneamento em seis estados, atendendo cerca de 28 milhões de pessoas, com objetivo de que 487 municípios alcancem a universalização do atendimento até 2033, por meio de investimentos da ordem de R\$ 60 bilhões. Há uma quantidade ainda maior de projetos em estruturação, em diferentes estados, com investimentos previstos de cerca de R\$ 78 bilhões e potencial de beneficiar mais de 29 milhões de pessoas.

Resíduos

Para a coleta, tratamento e disposição de resíduos, o BNDES contratou, entre 2002 e 2023, quarenta operações de crédito totalizando R\$ 1,7 bilhão. Desde 2008, fomentamos, com recursos do Fundo Clima e de outras linhas de crédito do BNDES, a produção de biogás a partir de resíduos e efluentes urbanos e industriais, tendo contratado até o momento R\$ 1,3 bilhão em operações de crédito para implantação desses projetos (60% do valor oriundo do Fundo Clima).

É importante relatar que o BNDES também consegue apoiar pequenos projetos locais para tratamento de resíduos via rede de agentes financeiros credenciados. Um exemplo recente foi o financiamento, em 2024, a um projeto de reciclagem de resíduos orgânicos por meio de compostagem para produção de adubo orgânico, no valor de R\$ 219 mil, com capacidade de tratamento de quarenta toneladas por dia.

Economia circular

Entre os investimentos com recursos não reembolsáveis para a promoção da economia circular, destacamos o histórico do BNDES no apoio à inclusão socioprodutiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Com recursos do Fundo Socioambiental, entre 2006 e 2021, foram contratados investimentos em torno de R\$ 200 milhões, destinados a 175 cooperativas, associações e redes. Além de contribuir para os serviços de logística reversa, esses investimentos apoiaram a formação de redes de comercialização e a qualificação técnica e gerencial desses trabalhadores, elevando a renda, a competitividade e a diversificação de receitas.

Em 2024, o BNDES, em parceria com o Governo Federal, a Fundação Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, anunciou a retomada do Programa

Cataforte, com o lançamento do edital Novo Cataforte. O instrumento prevê investimentos totais de R\$ 103,6 milhões (sendo R\$ 25 milhões de recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental do BNDES) em atividades de capacitação, formação e assessoramento aos catadores. Também possibilitará a aquisição de equipamentos, maquinários e veículos, bem como a implantação, adaptação e modernização da infraestrutura física das organizações.

Saiba mais sobre o Cataforte

<https://cataforte.fbb.org.br/>

Também apoiamos projetos para promover a economia circular nos segmentos da indústria. Recursos do Fundo Clima foram usados, recentemente, em financiamento para duas operações de reciclagem de resíduos para produção de madeira plástica e alumínio, totalizando R\$ 47,5 milhões. Merecem destaque ainda outras três operações apoiadas nos últimos cinco anos, com recursos da Linha de Meio Ambiente, para a redução da destinação de resíduos a aterros sanitários. Duas delas, que somam financiamento de R\$ 32,6 milhões, tinham por objetivo a adequação de fábricas de produção de cimento para utilização de resíduos como combustível alternativo. A terceira, com financiamento de R\$ 100 milhões, financiou a implantação de sistema de despoejamento de fornos metalúrgicos para produção de microsilica como coproduto.

Desenvolvimento urbano sustentável e resiliente

Utilizamos recursos do Fundo Clima para incentivar o aumento da resiliência climática e a sustentabilidade ambiental em áreas urbanas, priorizando a adoção de soluções baseadas na natureza. Nesse contexto, os projetos de maior destaque apoiados nos últimos dois anos foram:

- financiamento de R\$ 150 milhões para requalificação de seis parques urbanos que compõem zonas especiais de interesse de proteção ambiental no município de São Paulo (SP), incluindo o Ibirapuera, com investimentos em recuperação de solos, ampliação de áreas permeáveis, captação das águas pluviais, recuperação das áreas verdes, gestão de resíduos e recomposição da fauna;
- financiamento de R\$ 503,6 milhões para implantação de três parques lineares nas margens de córregos do município de Campinas (SP) e requalificação do sistema de drenagem da cidade, incorporando reservatórios de retenção e galerias de derivação; e
- financiamento de R\$ 740 milhões para cinco projetos de macrodrenagem e urbanização no município de Belém (PA), visando solucionar problemas de saúde pública e mobilidade gerados pela ocupação desordenada ocorrida em áreas de planície sujeitas a alagamentos sazonais, que comprometem os sistemas de drenagem natural de mangues e igapós, bem como pela ausência de sistemas adequados de coleta e tratamento de efluentes sanitários. Estima-se que a população beneficiada pelo projeto será de 163,8 mil pessoas (13% do total do município).

Além das soluções de financiamento, oferecemos também suporte técnico para entes federativos subnacionais com o intuito de otimizar o aproveitamento de terrenos e imóveis públicos, contribuindo assim para reduzir a antropização de espaços verdes e os consequentes impactos ambientais relacionados à construção civil, setor responsável por uma parcela relevante do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos. O projeto de maior destaque nesse contexto foi a elaboração do *masterplan* da cidade do Rio de Janeiro em 2023, com recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), que analisou 75 imóveis de interesse público subutilizados na cidade e propôs soluções baseadas

na natureza para o sistema de drenagem urbana e o enfrentamento às ondas de calor que têm ocorrido com frequência na cidade.

Por fim, destacamos que a carteira de estruturação de projetos do setor de mobilidade urbana encerrou o ano de 2023 com 13 projetos em preparação. Os principais destaques são a estruturação de solução de eletromobilidade para frota de ônibus e o estudo para implantação de veículos leves sobre trilhos em Curitiba (PR).



DESCARBONIZAÇÃO

De acordo com o IPBES, as mudanças climáticas e o uso de recursos naturais são dois dos cinco principais impulsionadores de degradação da natureza, em conjunto com a poluição, a introdução de espécies exóticas invasoras e as mudanças do uso do solo, água doce e oceano.

Com relação à descarbonização, a atuação de maior destaque do BNDES é no setor de energia. Por dois anos consecutivos (2019 e 2020), o serviço de pesquisa da Bloomberg (BNEF) apontou o BNDES como o maior financiador de energia renovável do mundo, considerando projetos nos setores de produção de biocombustíveis e geração energética a partir de diferentes matrizes: eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. De 2005 a 2023, o crédito para projetos de geração de energia eólica totalizou R\$ 58,7 bilhões. Em 2007, tiveram início os financiamentos a proje-

tos de geração de energia solar, que somaram, até 2023, R\$ 11,6 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão foi investido em projetos de geração distribuída. Com essa atuação, contribuimos para manter a matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta, com percentual de fontes renováveis acima de 80%.

O BNDES também está engajado em contribuir para a descarbonização do setor de transportes. Um dos programas de maior sucesso até o momento é o BNDES RenovaBio, que contribui para a implementação da Política Nacional de Biocombustíveis, financiando a melhoria da eficiência energética e ambiental e da certificação da produção. O programa confere ao cliente redução da taxa de juros caso as metas de desempenho energético e ambiental sejam alcançadas. Entre 2021 e 2023, foram contratadas 17 operações que somam R\$ 1,4 bilhão em crédito.

Ainda visando a redução da intensidade de carbono da matriz de transportes brasileira, aprovamos, em 2023, alguns financiamentos relevantes: R\$ 2,5 bilhões para o primeiro projeto de eletrificação de sistemas de ônibus em larga escala a ser implementado no país, na cidade de São Paulo (SP), com previsão de substituir até 1.300 ônibus a *diesel* por ônibus elétricos (10% da frota); R\$ 3,6 bilhões para extensão da linha 2 do metrô da mesma cidade, por meio da aquisição de 44 novos trens; e R\$ 1,1 bilhão para apoio a planos de investimento em inovação de três empresas dos setores de fabricação de aeronaves, equipamentos elétricos e veículos, contemplando os objetivos de redução de emissões de gases do efeito estufa e fabricação de produtos mais eficientes e sustentáveis.

Com relação à descarbonização na indústria, destacamos duas operações recentes apoiadas com recursos do Fundo Clima. Em 2022, contratamos financiamento de R\$ 565,3 milhões (cerca de

15% com recursos do Fundo Clima e 85% com recursos da linha de Meio Ambiente) para projeto de redução de emissões na indústria de produção de alumínio. E em 2023, financiamos R\$ 54,5 milhões (100% do Fundo Clima) para a implantação de tecnologia inovadora para produção de carvão vegetal de alto rendimento.

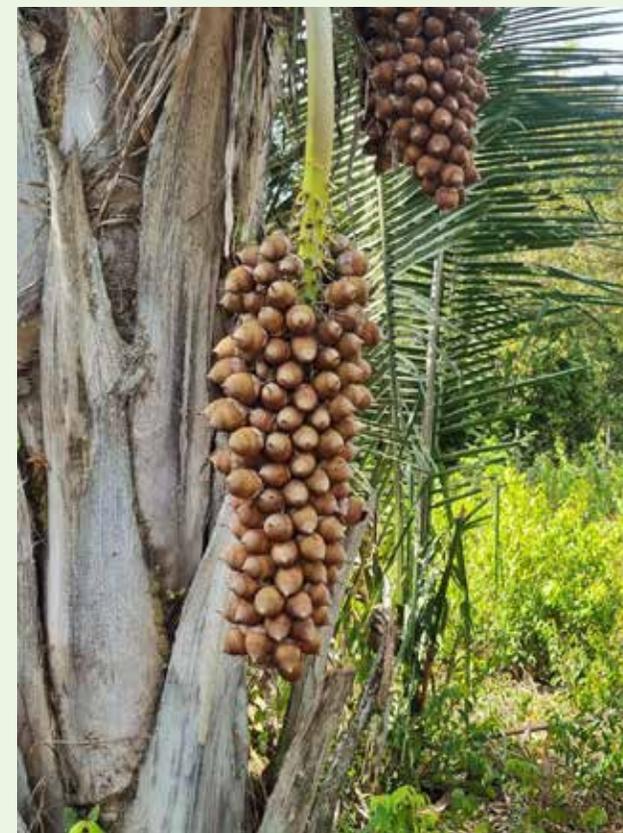
Quanto ao setor agropecuário, buscamos fomentar a recuperação de pastagens degradadas, a implantação de planos de manejo sustentáveis e o aumento da eficiência no uso do solo, com consequente redução da necessidade de conversão de habitats naturais para aumento da produção. O apoio a esse setor é realizado principalmente na modalidade indireta, isto é, por meio de agentes financeiros credenciados pelo BNDES (bancos comerciais, cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento regionais, entre outros). Com essas parcerias facilitamos o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas. Em 2023, foram contratadas na modalidade indireta

cerca de 5.400 operações que contribuíram positivamente para a conservação da natureza, totalizando R\$ 2,3 bilhões. A maioria dessas contratações (96%) foi feita no âmbito do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC, atual RenovAgro) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Para engajar os agentes financeiros em temas prioritários, o BNDES realiza um evento anual de premiação àqueles que se destacam. Para a edição de 2025, foi incluída a categoria socioambiental, que será aferida por meio de três indicadores, sendo um deles relacionado ao número de clientes com operações aprovadas nas linhas “verdes” do BNDES.

Saiba mais sobre a estratégia de atuação climática do BNDES

<https://www.bndes.gov.br/diretrizes-do-bndes-para-mudanca-climatica>



GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS

Buscamos refletir nosso compromisso com a natureza em nossas políticas corporativas e procedimentos operacionais.

Em alinhamento com acordos multilaterais dos quais o Brasil faz parte, a legislação e as políticas públicas brasileiras de proteção ao meio ambiente – que abarcam, entre outros temas, o licenciamento ambiental; a proteção da vegetação nativa, inclusive em áreas privadas; o combate ao desmatamento e à poluição ambiental; a conservação de áreas protegidas e a biossegurança –, contribuimos para coibir e mitigar impactos de atividades que degradam os ecossistemas.

Por outro lado, procuramos também induzir nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras credenciadas e demais parceiros a práticas sustentáveis. Em 2022, a agência Moody's ESG Solutions renovou a avaliação atribuída ao BNDES em 2021, mantendo o rating A1+, o que nos posiciona nos 2% superiores no ranking das instituições mais sustentáveis do mundo.

Saiba mais

<https://ri.bndes.gov.br/sobre-o-bndes/ratings-bndes/>

O que não apoiamos

Nossa lista de exclusão e de apoio condicionado passa por aprimoramentos sucessivos ao longo dos anos, com vedações ao apoio a atividades com alta exposição a riscos socioambientais e condicionantes para o apoio a atividades com maior potencial de impacto negativo, tais como

as dos setores de agropecuária, mineração, energia, madeira, siderurgia e o sucroalcooleiro.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. No setor de mineração, não são apoiáveis empreendimentos que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, que sejam localizados em unidades de proteção integral, ou que tenham por objetivo a extração de carvão para abastecimento de usinas térmicas, a extração ou o beneficiamento de amianto. Também não apoiamos a geração de energia termelétrica a partir de carvão e óleo derivado de petróleo.

Empreendimentos que dependam da madeira como principal matéria-prima podem ser apoiados apenas quando ela for proveniente de floresta plantada. Quando derivada de mata nativa ou de empreendimentos associados à exploração de vegetação primária ou de espécies nativas, o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável.

Ainda, contamos com diretrizes consolidadas para o apoio financeiro a frigoríficos, com exigências de rastreabilidade socioambiental da cadeia de fornecimento de bovinos. O apoio a projetos para processamento de cana de açúcar, mineração e geração termelétrica também deve atender a diretrizes previstas em regulamentos socioambientais específicos, podendo ser solicitada comprovação e declaração do cliente quanto ao atendimento dessas normas.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/atividades-e-itens-nao-apoiaveis>

Gestão social, ambiental e climática de operações

Dispomos de normativos internos, alinhados a boas práticas internacionais do setor financeiro, que materializam os princípios e diretrizes corporativos estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) em procedimentos operacionais para gestão de riscos e impactos de nossas operações financeiras, considerando nossas diferentes modalidades de atuação. Tais normativos e procedimentos complementam as atividades relacionadas à verificação de regularidade social e ambiental dos clientes e operações, realizadas pelas equipes jurídicas do BNDES.



Operações de crédito na modalidade direta e de apoio não reembolsável

Para essas operações, todas as etapas do fluxo de tramitação são conduzidas por equipes próprias do BNDES: habilitação do cliente, análise e aprovação do pleito de apoio financeiro, contratação da operação, acompanhamento e encerramento do contrato. Em consonância com boas práticas de governança, equipes distintas e com competências técnicas específicas realizam a habilitação do cliente, a avaliação de risco socioambiental da operação, a avaliação da regularidade socioambiental do cliente/projeto e a avaliação dos aspectos de negócio da operação.

Após a habilitação do cliente – momento no qual são realizadas avaliações de crédito, verificações cadastrais e de atendimento à legislação social e ambiental nacional –, os pleitos de apoio financeiro passam por procedimentos de triagem socioambiental e climática. Para cada pleito, são atribuídas as classificações de risco socioambiental e climático na escala ABC, sendo A para alto risco, B para médio e C para baixo.

Para determinação do risco socioambiental, são levados em consideração: i) as características do instrumento de apoio; ii) o setor de atividade referente à operação ou ao projeto, quando aplicável; e iii) outros aspectos considerados agravantes e atenuantes de risco, tais como informações sobre o licenciamento ambiental, localização próxima a áreas social ou ambientalmente sensíveis, intervenções a serem realizadas em habitats naturais, ocorrência de manifestações contrárias e de impactos nas populações do entorno. Já o risco climático é definido considerando-se tanto os riscos físicos quanto os de transição, a partir da localização geográfica do projeto e do setor de atividade econômica, respectivamente.

A classificação ABC, combinada com o valor do financiamento e com as características de fluxo de tramitação operacional do instrumento financeiro que está sendo utilizado para a concessão de crédito (esteira de crédito), definem os procedimentos de análise socioambiental e climática aplicáveis à operação. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência, podendo incluir a avaliação: i) do sistema de gestão social e ambiental (SGSA) do cliente e de sua capacidade de lidar com os principais riscos e impactos identificados para a operação; ii) da suficiência das medidas mitigatórias e compensatórias estabelecidas pelo órgão ambiental no âmbito do licenciamento da atividade; e iii) da vulnerabilidade do cliente/projeto frente às ameaças climáticas às quais a atividade financiada esteja exposta.

Como resultado dessa diligência, podem ser formalizadas recomendações específicas ao cliente e estabelecidas obrigações socioambientais contratuais complementares às obrigações legais ou exigências estabelecidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental, assim como recomendações de ações de mitigação ou adaptação aos riscos climáticos inerentes à atividade financiada.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/gestao-socioambiental-e-climatica-de-operacoes>

Operações de crédito na modalidade indireta automática

No modelo indireto automático, as operações de financiamento têm o valor individual máximo de R\$ 150 milhões e são realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas pelo BNDES, que recebem e analisam o pedido, aprovam o crédito e nos solicitam a homologação e liberação dos recursos. Essas operações são, em sua maioria, processadas automaticamente pelo BNDES, o que confere agilidade e capilaridade à nossa atuação.

Nessas operações, as instituições financeiras credenciadas são responsáveis pela análise e avaliação de riscos da operação de crédito, incluindo o risco socioambiental, e pelo acompanhamento dos financiamentos. Elas devem observar, além de exigências estabelecidas pela legislação brasileira – como as do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil –, os critérios adicionais definidos por normativos do BNDES para redução do risco de danos ambientais. Por exemplo, não é concedido crédito rural para beneficiamento de propriedades que tenham indícios de desmatamento ilegal ou a clientes que tenham embargos ativos divulgados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a menos que se comprove que as medidas de reparação cabíveis foram tomadas junto aos órgãos ambientais competentes.

Para assegurar o cumprimento dos critérios socioambientais aplicáveis, atuamos de forma preventiva, avaliando, por meio de serviços informatizados, todas as operações de financiamento indiretas automáticas para as quais existam alertas ou exigências relativas aos solicitantes de crédito e bloqueando automaticamente a contratação de novas operações, quando pertinente.

Desde fevereiro de 2023, também fazemos uso da ferramenta tecnológica MapBiomas, que monitora, por meio de satélites, indícios de desmatamento em imóveis rurais objetos de operações de crédito. Com isso, na hipótese de identificação de desmatamento sem documentos aptos a comprovar a regularidade da situação, podemos vedar a solicitação de crédito ou, em operações já contratadas, suspender a liberação de recursos. Nesses casos, se a comprovação de regularidade não ocorrer em até 12 meses a contar da data de notificação pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação perante o Banco.

Desde 2023, essas medidas vedaram, pelo menos, 2.034 operações, no montante de R\$ 421 milhões. Ainda em 2023, recebemos o Prêmio MapBiomas,

na categoria Aplicação em Negócios, pelo desenvolvimento dessa plataforma, que possibilita um olhar mais acurado sobre os impactos territoriais do apoio financeiro.

Operações em mercado de capitais

Essas operações são realizadas pela subsidiária BNDES Participações S.A., empresa do Sistema BNDES dedicada à atuação em mercado de capitais, incluindo operações de participação acionária. Há um regulamento socioambiental específico para essa modalidade de atuação que prevê, entre outros procedimentos, o envio anual de questionário socioambiental às companhias investidas. O questionário contém perguntas voltadas a governança, gestão e sustentabilidade, incluindo questões relacionadas a biodiversidade.

Buscamos incentivá-las a atingir padrões de governança corporativa e sustentabilidade cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratualmente previstos em nossos acordos de acionistas, em linha com o Código Brasileiro de Stewardship da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec) e CFA Society Brazil. A BNDESPAR foi a primeira empresa brasileira integrante da administração pública a aderir ao código, em 2017. Nesse contexto, a BNDESPAR divulga anualmente o seu *Relatório de Stewardship*,¹¹ trazendo os principais destaques e resultados do período, inclusive relacionados ao engajamento das empresas investidas nas questões ASG.

A BNDESPAR também é signatária dos Principles for Responsible Investment (PRI), uma rede internacional que trabalha conjunta-

mente para colocar em prática seis princípios para o investimento responsável. Em 2023, divulgamos o primeiro relatório PRI sobre as práticas adotadas no acompanhamento das empresas investidas.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/politicas-mercado-de-capitais>

Serviços de estruturação de projetos

A atuação do BNDES como estruturador de projetos de concessão e de PPPs para o setor público brasileiro teve início em 2016, com a criação, pelo Governo Federal, do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI). Contudo, foi no início dos anos 2020 que passamos a nos destacar nesse ramo de atuação. Em 2022, o BNDES foi apontado pela provedora de dados Infralogic como o maior estruturador global de PPPs, concessões e privatizações em infraestrutura entre seus pares.

No mesmo ano, visando compatibilizar a atuação em estruturação de projetos às diretrizes da PRSAC, foi formalizado o regulamento interno para gestão social, ambiental e climática (SAC) para essa modalidade de atuação. De modo análogo aos procedimentos aplicáveis às operações de crédito, o normativo estabeleceu diretrizes e orientações para identificação e mitigação de riscos socioambientais e climáticos nos projetos de estruturação.

Em 2023, diante da necessidade de uniformizar as práticas e procedimentos para execução desse regulamento, entrou em vigor um normativo complementar, definindo as atividades a serem desempenhadas e a documentação de referência a ser utilizada pelas

¹¹ <https://ri.bndes.gov.br/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca>

equipes do BNDES para: i) classificar o risco SAC dos projetos nas categorias ABC; ii) incluir os aspectos SAC nas especificações dos termos de referência dos estudos técnicos contratados pelo BNDES para subsidiar a modelagem dos projetos; e iii) fomentar e incluir os aspectos SAC no projeto referencial, no edital de licitação e na minuta de contrato de concessão (ou parceria) elaborados após a conclusão dos estudos técnicos.

Monitoramento e avaliação de impactos

Buscamos desenvolver e aplicar metodologias para mensurar nossos impactos, prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Dispomos de indicadores para mensurar nossa contribuição, por meio das operações de crédito, para a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Em nosso [Painel ODS](#),¹² divulgamos desembolsos georreferenciados e indicadores de resultados para os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Nesse contexto, considerando os recursos desembolsados pelo BNDES em 2023 para investimentos favoráveis à biodiversidade, podemos destacar: R\$ 6,1 bilhões para a conservação e uso sustentável da natureza (ODSs 12, 14 e 15) e R\$ 9,4 bilhões para o combate à poluição (ODS 6), além de R\$ 17,4 bilhões para o combate às mudanças climáticas (ODS 13).

Nossa taxonomia sustentável está em constante evolução. O processo atual de revisão prevê uma maior acurácia na mensuração dos resultados por meio de um processo individualizado de clas-



sificação para as operações de crédito diretas. Tal classificação contemplará, além dos indicadores atuais, uma nova categoria de contribuições em prol da biodiversidade.

Por fim, é importante destacar que, a cada dois anos, elaboramos e divulgamos nosso *Relatório de Efetividade*. Aprovado pelo Conselho de Administração do Sistema BNDES, ele consolida os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade, além de incluir recomendações para o aprimoramento de nossa atuação.

Saiba mais

<https://www.bndes.gov.br/relatorios-efetividade>

¹² <https://www.bndes.gov.br/ods>

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Desenvolvemos um conjunto de ações institucionais de suporte à execução das iniciativas que compõem nossa estratégia de atuação em favor da natureza. Entre essas ações, destacamos os esforços para divulgação de informações, comunicação e articulação com diferentes partes interessadas.

Transparência

A transparência é um dos princípios de nossa instituição e permeia toda a atuação do BNDES. Nossos esforços vêm sendo reconhecidos pelos órgãos de controle. Em 2023, assumimos a liderança do *ranking* de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU). No mesmo ano, nosso portal institucional foi apontado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) como o mais transparente entre todas as instituições públicas federais brasileiras, atingindo um índice de transparência de 96,81%. Diante da média geral de 58% dos mais de 8 mil órgãos avaliados, nosso resultado mostra como é desafiador alcançar um patamar pleno de transparência e como estamos empenhados em atingir a excelência nesse tema.

Nosso portal institucional¹³ é um de nossos principais instrumentos de transparência para a sociedade. Ele disponibiliza, além de informações sobre nossa atuação e formas de apoio a diferentes

segmentos da economia, uma quantidade significativa de dados sobre nossas operações financeiras, bem como ferramentas de consulta para facilitar o acesso a tais dados, análises setoriais e econômicas, relatórios temáticos e outras publicações.¹⁴ Outros canais de divulgação de informações que complementam o nosso portal são: Agência BNDES de Notícias,¹⁵ nossos perfis nas principais redes sociais, nosso portal de Relações com Investidores¹⁶ e o portal BNDES Hub de Projetos.¹⁷ No que tange à temática da natureza, destacamos, além do Portal ODS e do *Relatório de Efetividade*, citados na seção anterior, o Portal NDC¹⁸ (da sigla de *nationally determined contribution*) e a divulgação de nosso inventário de emissões, em constante aperfeiçoamento.¹⁹

O *Relatório Anual*²⁰ do BNDES é outra ferramenta importante não só de divulgação de informações, mas também de prestação de contas. Com asseguração externa de auditoria independente, ele segue o modelo de relato integrado e utiliza o padrão da Global Reporting Initiative (GRI), um dos mais utilizados no mundo, respondendo a indicadores de sustentabilidade que buscam dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico. O documento contém ainda um sumário GRI, no qual apresentamos a relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global (do qual somos signatários) e os 17 ODSs.

Este documento, *Biodiversidade – Compromisso do BNDES com a natureza*, é mais uma peça no âmbito do nosso esforço de transparência. Com ele buscamos divulgar nosso posicionamento, estratégia e frentes de atuação em relação à agenda de biodiversidade, bem

¹³ www.bndes.gov.br

¹⁴ <https://www.bndes.gov.br/conhecimento>

¹⁵ <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br>

¹⁶ <https://ri.bndes.gov.br>

¹⁷ <https://projectshub.bndes.gov.br/pt/>

¹⁸ <https://www.bndes.gov.br/painel-ndc>

¹⁹ <https://www.bndes.gov.br/emissoes-de-gee>

²⁰ <https://www.bndes.gov.br/relatorio-anual-integrado>

como compartilhar nossas experiências e os resultados alcançados até aqui e receber contribuições que possam aprimorar nossa atuação. Este documento é uma das entregas que compõem os avanços recentes na implementação da PRSAC²¹ do Sistema BNDES.

Comunicação e articulação institucional

Para além da divulgação de informações, buscamos manter canais de diálogo com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio dessas interações, coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nossa atuação e ajustar nossa estratégia sempre que necessário.

Temos diversos canais para comunicação com nossos clientes e demais públicos de interesse. São destaques o Portal do Cliente, o Canal MPME, a Central de Atendimento e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), além de nossa Ouvidoria.

Colaboramos ainda com o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário), órgãos de controle e fiscalização, imprensa, investidores, instituições de pesquisa, agentes financeiros, outras instituições de desenvolvimento e agências multilaterais, entidades representativas do setor financeiro e de diversos setores da economia, além de outros parceiros relevantes. Nosso relacionamento com esses públicos pode envolver desde a participação em eventos, colegiados e fóruns de debate e intercâmbio de conhecimentos, até o estabelecimento de parcerias formais, incluindo acordos de cooperação técnica e de captação de recursos.

Entre os fóruns e iniciativas dos quais fazemos parte, destacamos aqueles mais significativamente relacionados com a temática de biodiversidade e natureza:

- Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI): ação global que conta com mais de 350 membros e busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável, à qual somos filiados desde 1995.
- International Development Finance Club (IDFC): associação de bancos de desenvolvimento que atua com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, tratando de temas como clima, biodiversidade, igualdade de gênero, entre outros.
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): associação de empresas de diferentes setores econômicos que busca fomentar a adoção de práticas sustentáveis em seis frentes prioritárias de atuação, quais sejam, água, Amazônia, biodiversidade, impacto social, mudanças climáticas e sistemas agroalimentares.
- Laboratório de Inovação Financeira (LAB): iniciativa que tem por objetivo promover inovação e finanças sustentáveis no país, capitaneada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban): principal associação do setor bancário brasileiro, dispõe de um Comitê ESG com cerca de trinta membros, dos quais faz parte o BNDES.

²¹ <https://www.bndes.gov.br/relatorio-prsac>

- Long-Term Finance Club (D20 – LTIC): entidade de bancos de desenvolvimento dos países do G20 para discussão de projetos de infraestrutura verde e sustentável e formas de apoio à implementação dos ODSs e das Metas do Acordo de Paris.
- Fórum da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD): grupo de instituições ao redor do globo que apoiam a iniciativa.

Além dessas, cabe destacar que, em 2023, no contexto da Cúpula da Amazônia realizada em Belém (PA), propusemos, em conjunto com o BID, a criação da Coalizão Verde, entidade internacional que reuniu vinte bancos de desen-

volvimento em uma iniciativa multilateral para a promoção da preservação e do desenvolvimento social da Amazônia, com enfoque em biodiversidade, clima, infraestrutura urbana e investimentos sociais para a população local. Sua estrutura de governança foi anunciada durante a COP-28, possibilitando o início de suas operações, pautadas por um plano de ação com entregas previstas até a COP-30, que acontecerá em 2025, em Belém.

Saiba mais sobre pactos, protocolos, acordos de cooperação e fóruns dos quais o BNDES participa

<https://www.bndes.gov.br/pactos-cooperacao-foruns>



APÊNDICE – CONTRIBUIÇÕES DO BNDES PARA AS METAS DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

A tabela a seguir agrupa as iniciativas apresentadas ao longo deste documento, considerando as contribuições do BNDES para o atingimento das 23 metas para 2030 estabelecidas no âmbito do Marco Global para a Biodiversidade Kunming-Montreal.

METAS	CONTRIBUIÇÕES DO BNDES
1 Planejamento espacial das zonas continentais, costeiras e marinhas	Fundo Amazônia (p. 15); Planejamento Espacial Marinho do Brasil (PEM) (p. 20).
2 Restauração de áreas degradadas	Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA) (p. 16); BNDES Restauração Ecológica (p. 16); Floresta Viva (p. 17); Arco da Restauração na Amazônia (p. 7); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Parques e florestas públicas (p. 19); Edital Manguezais do Brasil (p. 20); BNDES Corais (p. 21); Sertão Vivo (p. 22).
3 Conservação dos ecossistemas	Fundo Amazônia (p. 15); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Parques e florestas públicas (p. 19); BNDES Corais (p. 21).
4 Proteger as espécies ameaçadas	Fundo Amazônia (p. 15); Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA) (p. 16); BNDES Restauração Ecológica (p. 16); Floresta Viva (p. 17); Arco da Restauração na Amazônia (p. 17); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Edital Manguezais do Brasil (p. 20); BNDES Corais (p. 21).
5 Promover o uso e comércio sustentável das espécies terrestres e aquáticas	Fundo Amazônia (p. 15); Parques e florestas públicas (p. 19); Fundos de investimento de impacto (p. 20); Formação e capacitação técnica (p. 23); Fomento à inovação (p. 24); O que não apoiamos (p. 30).
6 Prevenir e controlar as espécies exóticas invasoras	BNDES Corais (p. 21); Inovação em parceria com a Embrapii (p. 24).
7 Reduzir a contaminação ambiental	Agricultura familiar (p. 21); Programa Ecoforte (p. 21); Sertão Vivo (p. 22); Amazônia na Escola (p. 23); Inovação em parceria com a Embrapii (p. 24); Crédito para inovação (p. 24); Esgotamento sanitário (p. 25); Resíduos (p. 26); Economia circular (p. 26); Descarbonização (p. 28); O que não apoiamos (p. 30).

(Continua)

(Continuação)

METAS	CONTRIBUIÇÕES DO BNDES
8 Reduzir os impactos da mudança do clima	Fundo Amazônia (p. 15); Iniciativa BNDES Mata Atlântica (IBMA) (p. 16); BNDES Restauração Ecológica (p. 16); Floresta Viva (p. 17); Arco da Restauração na Amazônia (p. 17); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Parques e florestas públicas (p. 19); Edital Manguezais do Brasil (p. 20); BNDES Corais (p. 21); Agricultura familiar (p. 21); Sertão Vivo (p. 22); Resíduos (p. 26); Desenvolvimento urbano sustentável e resiliente (p. 26); Descarbonização (p. 28); O que não apoiamos (p. 30); Gestão social, ambiental e climática de operações (p. 31); Monitoramento e avaliação de impactos (p. 34).
9 Promover a gestão sustentável das espécies, proporcionando benefícios para todos	Fundo Amazônia (p. 15); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Agricultura familiar (p. 21); Programa Ecoforte (p. 21); Sertão Vivo (p. 22); Amazônia na Escola (p. 23); Formação e capacitação técnica (p. 23); Inovação na Amazônia (p. 23).
10 Promover a sustentabilidade na agricultura, aquicultura, pesca e exploração florestal	Fundo Amazônia (p. 15); Parques e florestas públicas (p. 19); Fundos de investimento de impacto (p. 20); Planejamento Espacial Marinho do Brasil (PEM) (p. 20); BNDES Corais (p. 21); Agricultura familiar (p. 21); Programa Ecoforte (p. 21); Sertão Vivo (p. 22); Amazônia na Escola (p. 23); Descarbonização (p. 28); O que não apoiamos (p. 30); Gestão social, ambiental e climática de operações (p. 31).
11 Restaurar e manter os serviços ecossistêmicos	Mobilização de recursos (p. 14).
12 Ampliar espaços verdes e azuis nas áreas urbanas	Parques e florestas públicas (p. 19); Desenvolvimento urbano sustentável e resiliente (p. 26).
13 Repartição dos benefícios do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais	Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) (p. 25).
14 Integrar valores da biodiversidade nas contas nacionais e nas políticas públicas	Gestão social, ambiental e climática de operações (p. 31); Comunicação e articulação institucional (p. 36).
15 Promover atividades empresariais sustentáveis	Transparência (p. 35); Comunicação e articulação institucional (p. 36).

(Continua)

(Continuação)

METAS	CONTRIBUIÇÕES DO BNDES
16 Promover o consumo sustentável	Formação e capacitação técnica (p. 23); Economia circular (p. 26); Transparência (p. 35); Comunicação e articulação institucional (p. 36).
17 Promover a biossegurança na biotecnologia	Gestão de riscos e impactos (p. 30).
18 Promover a redução dos subsídios econômicos prejudiciais	O que não apoiamos (p. 30); Transparência (p. 35); Comunicação e articulação institucional (p. 36).
19 Ampliar o financiamento da biodiversidade	Mobilização de recursos (p. 14); Monitoramento e avaliação de impactos (p. 34); Transparência (p. 35); Comunicação e articulação institucional (p. 36).
20 Promover capacidades para pesquisa, tecnologia, inovação e cooperação	Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Inovação na Amazônia (p. 23); Inovação em parceria com a Embrapii (p. 24); Crédito para inovação (p. 24); Comunicação e articulação institucional (p. 36).
21 Promover acesso a dados e conhecimentos	Fundo Amazônia (p. 15); Formação e capacitação técnica (p. 23); Monitoramento e avaliação de impactos (p. 34); Transparência (p. 35).
22 Promover a participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais	Fundo Amazônia (p. 15); Iniciativas no bioma Caatinga (p. 18); Agricultura familiar (p. 21); Programa Ecoforte (p. 21); Sertão Vivo (p. 22); Amazônia na Escola (p. 23).
23 Promover igualdade de gênero	Fundo Amazônia (p. 15); Programa Ecoforte (p. 21); Amazônia na Escola (p. 23).

Fonte: Elaboração própria.

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

DIRETORIA DO BNDES

Presidente

Aloizio Mercadante Oliva

Diretores

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baère de Araújo Filho

COORDENAÇÃO

Área de Meio Ambiente

Gabinete da Presidência

EDIÇÃO

Área de Meio Ambiente

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Departamento de Comunicação /

Gerência de Editoração e Memória

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Refinaria Design

COPIDESQUE E REVISÃO

Tikinet

IMPRESSÃO

Leograf

CRÉDITO DAS FOTOS

Acervo BNDES

Ana Paula Fontenelle Gorini (pp. 11 e 34)

Andre Alves de Barros (p. 31)

Angelo Balduino Borgatte (p. 12)

Carolina Franco Afonso (p. 22)

Fabio Henrique de Lira Fernandes (capa)

Fernanda Garavini (pp. 7 e 14)

Gabriel Canedo (pp. 8 e 15)

Igor Sergio Coutinho de Souza (pp. 9 e 23)

Luciana Chaves Rocha (p. 29)

Luisa de Carvalho e Silva (pp. 1 e 19)

Marcelo Martins Aires (pp. 6 e 27)

Marcio Macedo da Costa (p. 37)

Odette Lima Campos (p. 4)

Veronica Gomes Vairo (p. 10)



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

